



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 25 de abril de 2012

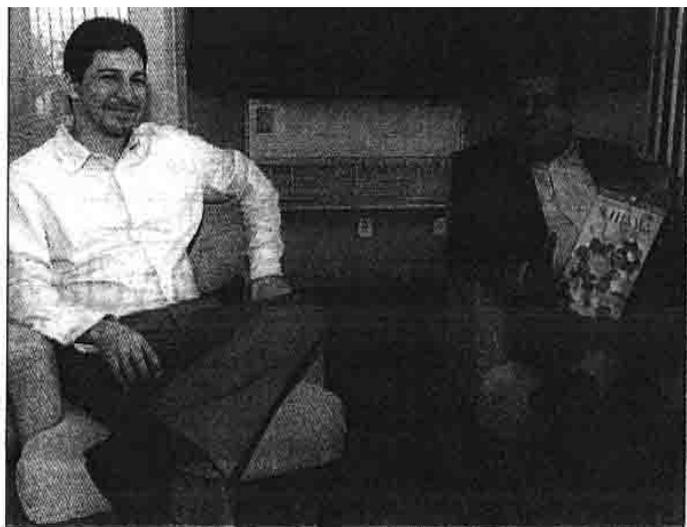
JORNAL DO COMMERCIO Visita..... CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Visita JC POLITICA	3
JORNAL DO COMMERCIO ICMS em 4% POLITICA	4
JORNAL DO COMMERCIO Setor naval vai receber R\$ 15,4 bilhões..... ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Governo ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Indústria puxa alta da arrecadação..... ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Importados..... ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Avaliação..... EMPRESAS	9
A CRITICA É preciso ir com muito jeito, pisando em ovos ECONOMIA	10
A CRITICA AMAZONAS ECONOMIA	11
A CRITICA GUERRA DOS PORTOS ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO SENADO POLITICA	13
AMAZONAS EM TEMPO E-COMMERCE..... ECONOMIA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Número de novos projetos para o PIM reduziu 37,6% em cinco anos ECONOMIA	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Senado aprova unificação do ICMS em operações interestaduais e preserva Zona Franca de Manaus ECONOMIA	16

Visita

Thomaz fala desafios para expandir Zona Franca para a RMM

Durante a visita ao *Jornal do Commercio* na tarde de ontem, o superintendente da Suframa Thomas Nogueira falou sobre os desafios que a equipe da autarquia terá de enfrentar no futuro e abordou temas polê-

micos como a extensão dos incentivos fiscais para a RMM (Região Metropolitana de Manaus). Thomaz e uma comitiva de adjuntos e assessores foram recebidos pelo vice-presidente Sócrates Bomfim.



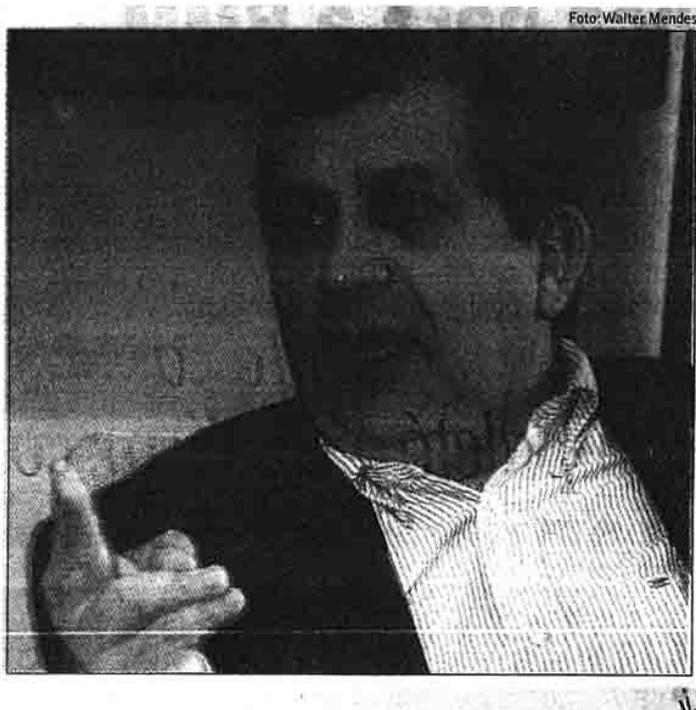
Página A3

Sócrates Bomfim recebe o superintendente da Suframa Thomaz Nogueira

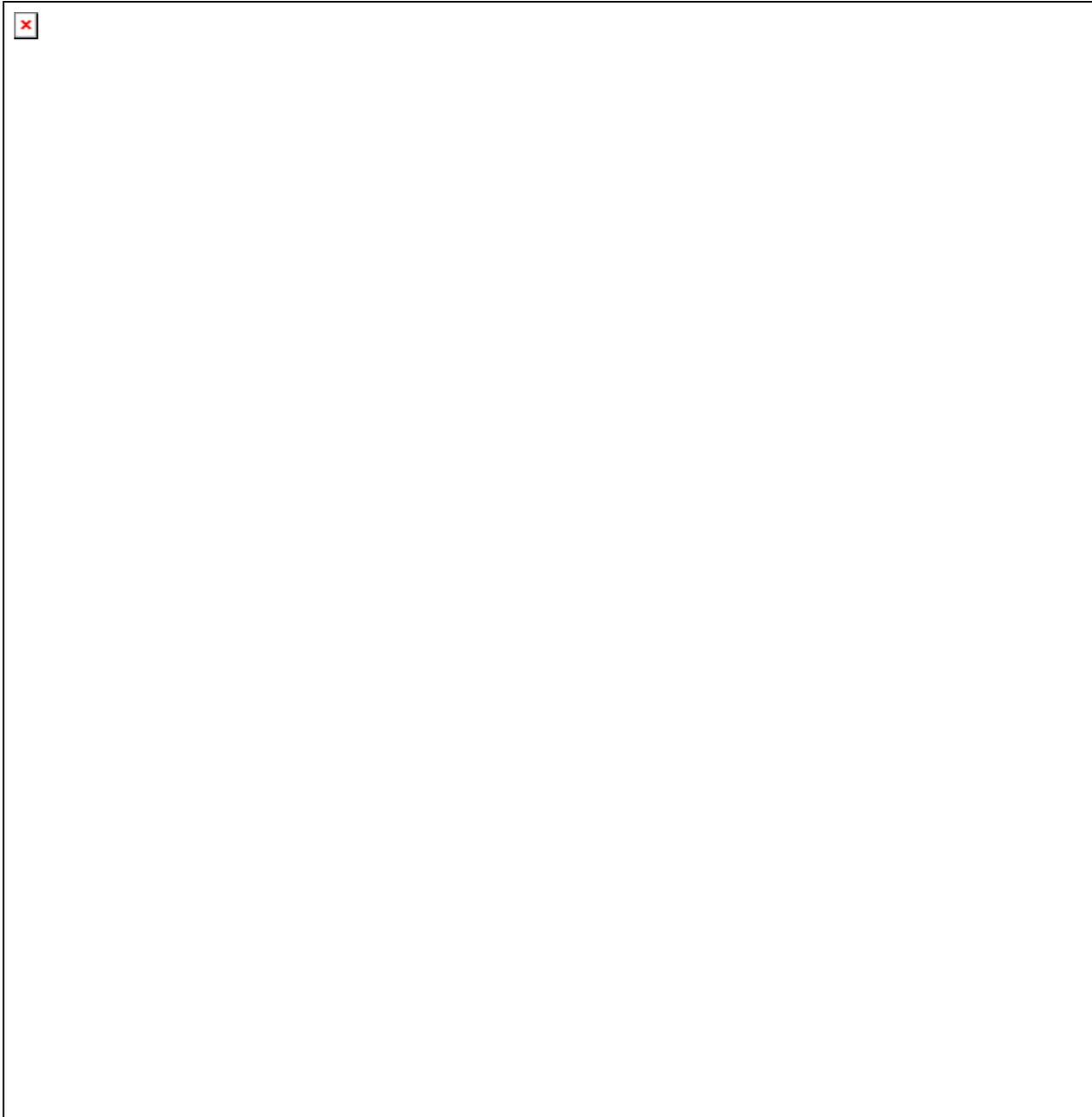
Frente & Perfil

Thomaz visita JC e revela gargalo de áreas no DI

Em visita ao *Jornal do Commercio*, ontem à tarde, o superintendente da Suframa, **Thomaz Nogueira**, revelou que um dos principais gargalos para a expansão do Polo Industrial de Manaus, hoje, é a falta de área para a implantação de novas indústrias. A área reservada para isso, o Distrito 2, não oferece condições por ser muito acidentada. “No polígono da Zona Franca ainda existem muitas áreas, mas não pertencem à Suframa”, disse Thomaz. Na fila de pedidos de áreas existem 114 a 115 empresas, embora nem todos sejam “firmes”. Mas a Suframa já tem um grupo de trabalho cuidando da questão.



Visita JC



ICMS em 4%

Resolução não afeta competitividade do PIM

O senador Eduardo Braga explicou que o texto a ser votado não afeta as importações feitas pelas indústrias locais

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga, confirmou ontem, após café da manhã com os líderes da base aliada e com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, a inclusão na pauta do Plenário do Projeto de Resolução do Senado nº 072/2010, que unifica em 4% a cobrança de ICMS em operações interestaduais com produtos importados. Segundo o senador, o projeto vai corrigir um desequilíbrio causado por Estados que atualmente oferecem incentivos fiscais para a importação de produtos finais, o

que têm prejudicado a indústria brasileira. A votação da matéria está prevista para hoje.

Braga explicou que o texto a ser votado — e já aprovado nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) — não afeta as importações feitas pelas indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus e que são necessárias para a fabricação de vários produtos. Segundo ele, o que está sendo votado é diferente das leis que garantem a competitividade da Zona Franca de Manaus, da Lei de Informática e do Padis

(Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores).

“A lei que trata do benefício do Polo Industrial de Manaus, da Lei de Informática e do Padis são baseados no Processo Produtivo Básico. A Resolução 072 trata da certificado de importação e de conteúdo local. São leis diferentes. Não são leis com a mesma origem e não são leis que alcançam as mesmas matérias”, disse.

O senador explicou ainda que, mesmo com a certeza de que o texto não prejudicaria a Zona Franca de Manaus, por ques-

tões de segurança jurídica está sendo discutida com o Ministério da Fazenda a inclusão de uma emenda que torne mais clara a diferença entre as leis já existentes e a nova lei do ICMS para produtos importados em operações interestaduais.

“Acho que temos que estar sempre atentos, mas temos que entender também que as questões serão tratadas com a devida responsabilidade, pois não há nenhum interesse do governo federal em tirar a competitividade da Lei de Informática, do Padis e do Polo Industrial de Manaus”, concluiu.

Setor naval vai receber R\$ 15,4 bilhões

Fornecimento de bens e serviços para a indústria naval no país é um dos gargalos apontados por especialistas

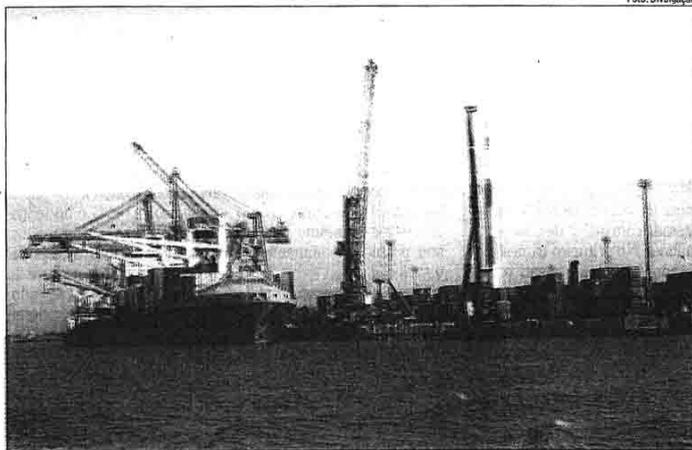


Foto: Divulgação

Investimento de R\$ 15,4 bilhões é 17% maior do que o esperado para o período 2011-2013

O setor naval e offshore do Rio de Janeiro vai receber entre 2012-2014 investimentos da ordem de R\$ 15,4 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões na construção de novos estaleiros, informou a Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) durante o 2º Balanço do Setor Naval e Offshore.

O investimento de R\$ 15,4 bilhões é 17% maior do que o esperado para o período 2011-2013.

No mesmo evento, o secretário estadual de desenvolvimento econômico, energia, indústria e comércio, Júlio Bueno, anunciou que o governo do Estado vai desapropriar uma área de 4 milhões de

metros quadrados em Duque de Caxias, na baixada fluminense, para instalar um polo de navepeças para atender a crescente indústria naval do Estado.

A instalação de empresas que forneçam bens e serviços para a indústria naval e offshore do país é um dos gargalos apontados por especialistas para garantir a continuidade do setor naval no Brasil. É uma maneira também de conseguir aumento do percentual de conteúdo local exigido pelo governo brasileiro às empresas que exploram petróleo e gás natural no Brasil.

Segundo Bueno, numa primeira fase serão desapropriados 500 mil metros quadrados para o início da criação do

distrito industrial em Duque de Caxias. Ele espera conseguir a licença ambiental para a instalação das empresas nos próximos seis meses.

"O polo será implantado no rio Estrela, que está próximo à área mais funda baía da Guanabara e terá saída de produtos para os 19 estaleiros do Rio instalados na baía da Guanabara", informou o secretário.

Com o transporte marítimo da produção do polo, o governo pretende desafogar as estradas no entorno dos estaleiros.

Bueno prevê que o polo navepeças vai atrair investimentos de R\$ 1,5 bilhão e gerar cerca de 5.000 empregos diretos. A previsão é de que o projeto seja implementado entre 2013 e 2015.

Governo

Proteção à indústria segue até o fim da crise global

A onda de protecionismo a setores da indústria brasileira deve se manter enquanto perdurar a crise econômica global, declarou nesta terça-feira o diretor do Departamento Econômico do MRE (Ministério das Relações Exteriores), Paulo Estivallet de Mesquita, ao participar do seminário "Oportunidades nas Relações Comerciais do Brasil Frente à Nova Configuração dos Blocos Econômicos Mundiais", realizado pela Amcham (Câmara Americana de Comércio Brasil - Estados Unidos), em São Paulo.

De acordo com Mesquita, as medidas são a forma que o Brasil encontrou para dar segurança à sua indústria. No médio e longo prazo, segundo ele, a tendência é que o mercado brasileiro se integre ao mundial e que haja uma liberalização do comércio. "Agora, a gente não pode perder de vista que, no curto prazo, existe uma crise gravíssima nas principais economias mundiais, e isso tem um impacto negativo para o desempenho do comércio exterior brasileiro."

Algumas das exportações brasileiras perderam mer-

cado, porque a demanda desapareceu em outros países. "Por outro lado, existe uma pressão de concorrência de produtos que estão chegando aqui em condições que não são propriamente de mercado. É por isso que o governo precisa tomar as medidas necessárias para evitar danos irreparáveis a setores que são importantes na economia brasileira", observou o diretor.

Mesquita relatou que, com a crise, houve uma reversão na balança comercial do Brasil. "Os setores que estão sob enorme pressão por causa do câmbio e do desvio de mercadorias de outros países estão pressionando o governo a não abrir nosso mercado. Não existe almoço grátis. Em comércio exterior, a munição que a gente tem para abrir mercado lá fora é abrir o mercado brasileiro."

Para ele, num momento em que o mercado brasileiro está crescendo muito e os mercados externos não estão crescendo, é compreensível que alguns setores estejam relutantes. "Agora, isso acaba sendo um fator que condiciona nossa atuação no curto prazo", afirmou.

Indústria puxa alta da arrecadação

Foram arrecadados R\$ 975,72 milhões, aumento de 9,66% frente a igual período de 2011, segundo a Receita

Juliana Geraldo

O início de um aquecimento nas atividades industriais impulsionou a arrecadação federal no Amazonas em março. De acordo com os dados jurisdicionados pela DRF-Manaus (Delegacia da Receita Federal em Manaus) foram arrecadados R\$ 975,72 milhões, aumento de 9,66% frente a igual período de 2011 e crescimento de 31,3% em relação ao mês imediatamente anterior, quando o recolhimento foi de R\$ 742,8 milhões.

O resultado do mês permitiu ao Estado fechar o primeiro trimestre do ano com alta de 8,73% na arrecadação que somou R\$ 2,66 bilhões contra os R\$ 2,44 bilhões de igual intervalo do ano passado.

"O aumento da arrecadação deste mês está diretamente ligada ao recolhimento vindo do Distrito, sobretudo da boa fase do setor de bebidas em fevereiro, já que o resultado de março reflete o desempenho de fevereiro", explicou o auditor fiscal da Receita Federal em Manaus, Marcus Fabiano Santiago.

Já para o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende, o resultado também pega resquícios do lucro das atividades de venda de materiais escolares realizadas em fevereiro.

"De uma forma geral, entramos em uma fase em que o governo federal está priorizando o mercado consumidor. O resul-



A fabricação de bebidas foi a atividade com o melhor desempenho tanto em março como no trimestre

tado do trimestre e do mês já é um primeiro bom sinal de que daqui pra frente o consumo só tende a aumentar", explanou.

Segundo ele, medidas como financiamento para móveis e eletrodomésticos da linha branca para pessoas que fazem parte do programa 'Minha Casa, Minha Vida' do governo federal e juros mais baixos praticados pelos bancos privados seguindo o corte de 00,75% da Selic - taxa básica de juros - devem incentivar ainda mais o consumo nos próximos meses.

"Vamos aguardar o resultado

da arrecadação de maio, que reflete o desempenho de abril, quando essas medidas começam a fazer efeito. Mas a expectativa é positiva", projetou o economista.

Atividades

A fabricação de bebidas foi a atividade com o melhor desempenho, tanto em março quando registrou variação positiva de R\$ 40,10 milhões quanto no acumulado dos três primeiros meses com R\$ 38,26 milhões a mais no comparativo com o primeiro trimestre de 2011.

Em seguida apareceram a fabricação de produtos de metal (+R\$8,76 milhões) e a atividade de transporte aquaviário (R\$5,55 milhões).

Já no acumulado destacaram-se ainda o comércio varejista com acréscimo de R\$27,36 milhões e atividade de eletricidade, gás e outras utilidades com R\$ 16,85 milhões.

Em sentido contrário, recuaram as atividades de produção de motocicletas (-R\$ 20,65 milhões no mês e -R\$ 28,98 milhões no acumulado), as obras de infraestrutura (saldo

negativo de R\$11,93 milhões em março e de R\$ 10,46 milhões no trimestre), além da fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (-R\$ 11,52 milhões em março) e da fabricação de produtos de borracha e materiais plásticos (-R\$ 14,20 milhões).

Impostos

Entre os impostos que registraram maior variação positiva em março destacaram-se o IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) com 41,63%, a Contribuição Previdenciária (+24,61%) e o CSL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) com acréscimo de 18,94% sobre março do ano anterior.

De acordo com a análise da delegacia, o incremento no recolhimento do IRPF deveu-se aos rendimentos de residentes no exterior, que cresceram 164,30%, representando R\$ 2,5 milhões de aumento na arrecadação.

Já a contribuição previdenciária foi influenciada pelo aumento do salário mínimo e a CSL pelo bom desempenho da indústria de bebidas, com elevação de 34,24% em março deste ano.

A retração ficou por conta do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com queda de 16,38% em março e de 26,96% no trimestre e do Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) cuja retração foi de 7,22% em março e de 0,20% no acumulado do ano.

Marcus Fabiano explicou que os recuos foram ocasionados pela mudança de jurisdição de algumas empresas: "Elas continuam produzindo aqui, mas mudaram sua sede para São Paulo, por exemplo. Assim os impostos passam a ser arrecadados lá. De qualquer forma não apresenta grandes efeitos para a atividade econômica, é só uma mudança interna", resumiu.

Dados

BRASIL

A arrecadação federal nacional somou R\$ 82,367 bilhões em março, alta de 10,26% sobre o resultado de março do ano passado.

2ª RF - A segunda região fiscal, composta pelos Estados do Norte, exceto Tocantins, registrou aumento de 16,62% em março, com recolhimento de R\$ 2,07 bilhões e de 14,70% no acumulado do ano, quando a arrecadação totalizou R\$ 5,90 bilhões.

O recolhimento no Amazonas representou 47,11% do total arrecadado na 2ª RF. Em 2011, esse percentual de participação havia sido de 50,10%.

Importados

Senado aprova unificação do ICMS

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/2010, que unifica em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS sobre produtos importados. A proposta, que enfrentava forte oposição dos governadores de Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina, foi aprovada na semana pas-

sada nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como é um projeto de resolução de competência exclusiva do Senado, o PRS 72/2010, apresentado originalmente pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e aprovado nas comissões

na forma de substitutivo do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), pode ser votado independentemente da liberação da pauta. A pauta está trancada pelas Medidas Provisórias 551/2011, relativa à diminuição de tarifas aeroportuárias, e 549/2011, que reduz impostos sobre importação de produtos para

pessoas com deficiência.

Eduardo Braga, líder do governo no Senado, participou pela manhã de uma reunião com outros senadores da base aliada e com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para tratar da agenda de projetos de interesse do governo nos próximos dias.

Avaliação

Pequenos negócios mantêm empregos em alta

Segmento foi responsável por mais de 87 mil vagas abertas em março. Estudo foi feito com base nos números do Caged

As micro e pequenas empresas (MPE) puxaram mais uma vez as contratações do mercado. Levantamento feito pelo Sebrae no mês de março mostra que 78,7% dos 111.746 empregos formais criados em todo o país estavam nos pequenos negócios. Isso representa 87.913 postos de trabalho gerados pelo setor em 30 dias. O estudo foi feito com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

“Estamos constatando a cada mês a relevância dos pequenos negócios para a oferta de novos postos de trabalho no Brasil. Em especial no setor de serviços, que criou 52 mil vagas nas micro e pequenas empresas em março, sendo quase 40 mil delas nas empresas com até quatro funcionários”, afirma Luiz Barretto, presidente do Sebrae.

Se comparado ao mesmo período do ano passado, houve crescimento da participação das MPE no volume total de vagas abertas em mais de 24 pontos percentu-



Das mais de 87 mil vagas abertas pelas micro e pequenas empresas, São Paulo foi responsável por 25 mil

ais. Em março de 2011, a participação dos micro e pequenos empreendimentos no mercado de trabalho foi de 50,4%.

Das mais de 87 mil vagas abertas pelas micro e pequenas empresas em março de 2012, São Paulo foi responsável por 25 mil (29,4%). Em seguida, vem o Estado de Minas Gerais, com 14 mil vagas (15,9%) e o Rio

Grande do Sul, com nove mil empregos gerados (10,3%).

O setor que mais criou postos de trabalho no período analisado foi o de serviços, com 83.182 vagas. As MPE foram responsáveis por 52 mil contratações nesse segmento.

Já o setor da indústria de transformação apresentou retração, com o fechamento de

cinco mil vagas. Mesmo assim, o desempenho das micro e pequenas empresas ajudou a equilibrar os números nesse segmento. Enquanto as médias e grandes organizações fecharam 17 mil postos em março, as MPE mantiveram as contratações em alta e foram responsáveis por 12 mil novos empregos.

É preciso ir com muito jeito, pisando em ovos

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

As características da Amazônica - recortada por rios, florestas e distante dos grandes centros consumidores - aliadas principalmente à deficiência na infraestrutura de portos, equipamentos para as embarcações e à mão de obra qualificada são as principais dificuldades do segmento de transporte e distribuição de cargas na Região Norte do País. Os gargalos, porém, tornam-se oportunidades e permitem soluções específicas para cada necessidade.

De olho nessas questões, o jornal A CRÍTICA traz uma entrevista exclusiva com o diretor da Transportadora TRA Amazônia, Gilvan Huossell Ramos, 64. A despeito da escala de atuação da empresa (Região Norte), a entrevista antecipa alguns assuntos que devem ser discutidos na 1ª Feira e Congresso Internacional de Transporte e Logística (Transpo Amazônia), em junho, em Manaus, e que reunirá representantes de empresas do Brasil e de outros 18 países da América. A Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia (Fetramaz) fará hoje o lançamento da Transpo Amazônia.

Por que a TRA elegeu o Norte para atuar?

Criamos a TRA em 2006 e buscamos atender à Região Norte, tendo como público alvo as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Elegemos essas empresas porque sabemos o potencial delas e o Norte porque conhecemos a logística do Brasil e aqui tem carência de atendimento e de mão de obra. Nós movimentamos 27 mil toneladas de carga por ano e esperamos crescer de 17% a 20% este ano.

Quais as características do transporte feitos aqui?

Exceto o trecho Manaus-Ro-



Perfil

Gilvan Ramos

IDADE: 64 anos

NOME: Gilvan Huossell Ramos

ESTUDOS: Administrador de Empresas

EXPERIÊNCIA: Atuou 36 anos na TNT Australiana, três anos na Expresso Araçatuba e como consultor. Em 2006 fundou a Transportadora TRA, com matriz em Manaus e filiais em Porto Velho, Belém e Boa Vista e centro operacional em Rio Branco e Macapá.

raima, que é por rodovia, ou você usa o modal aéreo - que é inviável em função do elevado custo sobre a mercadoria - ou o fluvial, que é o das hidrovias. Então para escoar do PIM, esco-

por hidrovias via Belém (cinco, seis dias) ou Porto Velho (oito a 12 dias). Nossa diferença é que temos um tempo muito grande com a mercadoria parada, dentro de uma carreta em cima de uma balsa. É diferente de quando faz um transporte no Sul-Sudeste que você utiliza rodovias e em boas condições, reduzindo infinitamente esse tempo.

Atender o interior do Amazonas é mais difícil?

Sim. Dos 62 municípios do Estado, cerca de 90% são acessíveis por rio. E isso dificulta porque não têm barcos por trechos no mesmo dia. Às vezes, a gente leva 15 dias aguardando um barco para ir para Eirunepé ou para Tabatinga. Aí tem mais 20 dias para chegar a Tabatinga, então a mercadoria (televisão, rádio, ar condicionado) leva até 45 dias para chegar ao município, dependendo do nível do rio, e isso

influencia no custo da mercadoria. Hoje, o interior representa 5% de nossas operações, mas é um pequeno que dá trabalho.

Quais as principais dificuldades para o transporte e distribuição de cargas no Norte?

A principal dificuldade é a falta de infraestrutura de portos e equipamentos, que são as embarcações, e falta mão de obra qualificada; mas essa a gente consegue treinar. Temos ainda muita dificuldade de escoar mercadoria de Manaus para o Pará, porque os portos estão sobrecarregados e não conseguem atender à demanda dentro do prazo normal.

E quanto ao manuseio de cargas no portos?

Esse é outro problema. Existe um risco quanto ao transporte em si porque não tem um porto

bem estruturado para pequenas embarcações. Além disso, outro ponto é o número reduzido de barcos e que não atende à demanda de forma eficiente. A gente perde muito tempo com a mercadoria parada e isso reflete no lojista. Ele é forçado muitas vezes a fazer compras grandes e formar um estoque regulador, porque o prazo de entrega é longo. Isso acontece principalmente nas datas festivas.

E como está a movimentação para o Dia das Mães?

Estamos com uma queda grande em relação ao mesmo período de 2011, que gira em torno de 18% 20%, um reflexo da desaceleração da economia do País e da crise externa. O que a gente fala é que os governos deveriam olhar com cuidado para o transporte hidroviário. Aqui ele tem uma incidência sobre o valor da mercadoria de 6% a 12%, en-

quanto a média nacional é 3%.

O que é preciso ser feito?

É necessário melhorar a infraestrutura de portos, de instalações. Hoje, para levar mercadoria tem de descer barranco. Temos de ter infraestrutura que vai facilitar e diminuir o tempo de espera de fila dentro do porto. Precisamos ter gente, esteira, rampa, infraestrutura para os barcos encostarem com segurança.

E como está a situação nos portos aifandegados?

Eu uso o Chibatão e o problema maior ali não é do porto, mas da grande burocracia que existe para desembarcar mercadoria, em função do gargalo que se chama Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda). Nosso grande problema é o embarque de mercadoria no porto Chibatão. Não temos grandes problemas na saída, porque fazemos o processo de desembarque eletronicamente na empresa.

Qual é o problema exatamente?

O maior é na entrada de mercadorias, porque a Sefaz é deficiente tanto em termos quantitativo quanto na hora de facilitar - não facilitar no errado - mas ser mais prática, funcional e ter menos arrogância. Eles levam muito tempo na documentação e na conferência. Tem fiscal que trata o transportador como um zero à esquerda. Então, tem que ter muita humildade, tolerância e sempre tem que ir com jeito; pisando em ovos. Existem também mudanças de procedimentos internos e nem eles conseguem acompanhar, aí fica uma coisa de interpretação de fiscal em alguns casos. Nisso tudo, a gente vive treinando para ser o melhor articulador, o melhor negociador para não travar a operação. Acho que precisamos também melhorar o nosso diálogo de entendimento entre a fiscalização e o contribuinte.

AMAZONAS

Arrecadação federal cresce 9,66%

Volume arrecadado foi de R\$ 975 milhões em março. PIS e Cofins tiveram os piores desempenhos refletidos em três setores do PIM

A arrecadação tributária federal no Amazonas em março cresceu 9,66% a mais do que no mesmo período de 2011, isso sem levar em conta a inflação do período. Em números reais, o volume arrecadado no mês significou R\$ 975,7 milhões e no ano foi de R\$ 2,661 bilhões.

Com os efeitos da inflação, estimada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses em 5,24%, houve crescimento de 4,20%. Já a arrecadação da 2ª Região Fiscal, equivalente à Região Norte excluindo-se o Estado de Tocantins, foi 16,62% maior em valores nominais, e 10,81% maior, quando corrigida pela inflação. Só a arrecadação de Manaus representou 47,11% em relação ao total arrecadado na 2ª Região Fiscal.

Nacional

A arrecadação federal no Brasil foi reforçada com o pagamento de R\$ 4,664 bilhões em tributos pelas micro e pequenas empresas registradas no Simples Nacional (sistema tributário simplificado), segundo a Receita Federal.

A arrecadação federal é a soma dos tributos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda Pessoas Físicas (IRPF), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração So-

UNIDADE	ARRECAÇÃO EM REAL				VARIACAO NOMINAL		PARTICIPAÇÃO	
	ACUMULADO ATÉ O MÊS				(A)/(B)	(C)/(D)	2012	2011
	Março	(B) 2011	(C) 2012	(D) 2011				
DRF/MNS	975.721.088	889.745.230	2.661.830.544	2.448.142.937	9,66%	8,73%	47,11%	50,10%
2ª RF	2.071.100.193	1.775.954.064	5.902.754.627	5.146.095.368	16,62%	14,70%		

cial (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e receita previdenciária.

De acordo com o auditor da Receita Federal Fabiano Santiago, o crescimento nominal é considerado positivo se comparado à média nacional de 10%, mas abaixo da média de crescimento dos outros estados da região Nor-

te, que foi de 16,62%. O Pará especialmente está se destacando mais, em função da exportação de minério da Serra dos Carajás, registrada no mês passado.

SETORES

Os setores industriais que representaram o pior desempenho no quadro da arrecadação foram o polo de duas rodas, que registrou queda na ordem de R\$

20.650.856,90, seguido pela construção civil (R\$ 11.937.085,47), e ainda no polo eletroeletrônicos, informática e equipamentos ópticos (R\$ 11.529.527,99). O setor de eletro e informática representou 29,98% a menos para o PIS/Cofins, tributo que caiu no geral 7,22% comparado a março de 2011. O polo de duas rodas foi o que puxou para baixo a arrec-

dação do IPI em 72,33%, em torno de R\$ 2,8 milhões a menos que 2011. No geral, essa rubrica retrocedeu 16,38%.

Os setores que obtiveram maior destaque na arrecadação de tributos foram bebidas (R\$ 40.107.671,03), fabricação de produção de metal (R\$ 8.768.652,51) e transporte aquaviário (5.557.288,76).

Em valores cumulativos, a receita previdenciária (R\$ 284.013.952), o Cofins (R\$ 215.429.026), o IIRPJ (R\$ 144.441.958) foram os tributos com maior representação. No caso da contribuição previdenciária, o impacto foi sentido com o aumento do salário mínimo.

IMPOSTO DE RENDA

Há seis dias do prazo final para entrega da declaração de Imposto de Renda, 169.584 contribuintes no Amazonas já enviaram documento. O número equivale a 60% do total esperado no estado que é de 281.145 declarações. A expectativa é de que em toda a 2ª RF sejam recebidas 1.064.840 declarações até o final do prazo que encerra na segunda-feira.

GUERRA DOS PORTOS

Aprovada Resolução protegendo a ZFM

Por 58 votos favoráveis e 12 contrários, o plenário do Senado aprovou ontem à noite o parecer do líder do Governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), à Resolução 072/2010, que unifica em 4% a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações interestaduais com produtos importados, pondo fim à chamada "Guerra dos Portos". Ao texto, foi incorporada uma emenda da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e assinada por 37 senadores, que tranquiliza o Governo do Amazonas, empresários, trabalhadores e fiscais do Estado que estavam preocupados com os impactos da resolução no Polo Industrial de Manaus.

Com a aprovação, não se aplicará a alíquota de 4% do ICMS aos bens e mercadorias importadas do exterior que não tenham similar nacional, conforme lista a ser definida pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Também não estarão sujeitos à unificação do ICMS os bens produzidos com os processos produtivos básicos (PPB) conforme a legislação da Zona Franca de Manaus (Decreto-Lei 288/67), da Lei de Informática e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

O representante da Fieam/Cieam em Brasília, Saleh Hamdeh, se mostrou aliviado. "Nossos apelos foram atendidos e nossas preocupações estão tranquilizadas, pois, mesmo que tenhamos mais de 40% de importação no PIM, nossos produtos estão resguardados".

SENADO

Aprovada alíquota única para ICMS

O Senado aprovou, ontem, por 52 votos a 12, o projeto de resolução 72, que estabelece uma alíquota única de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos importados ou que usem mais de 40% de matéria-prima importada durante o processo de industrialização. As novas regras começam a valer a partir do dia 1º de janeiro de 2013.

A maioria dos senadores votou a favor do substitutivo do líder do governo, senador Eduardo Braga, que relatou o mérito da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ao substitutivo, foi acrescentada emenda apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), e ratificada por outros 37 senadores, que excetua das regras da resolução 72 as mercadorias produzidas mediante processo produtivo básico

conforme as leis que regem a Zona Franca de Manaus, a Lei de Informática e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS).

PROTEÇÃO

Uma emenda excetua das regras da resolução 72, mercadorias produzidas por processo produtivo básico, conforme as leis da Zona Franca de Manaus, a Lei de Informática e o PADIS

“Fizemos aqui uma salvaguarda e um esclarecimento de segurança jurídica para que a resolução não dê tratamento de lei complementar para a leis já consolidadas”, explicou o senador Braga.

O senador disse que, a aprovação da matéria, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB), vai corrigir um desequilíbrio fiscal entre os Estados como Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, que ofereciam incentivos de ICMS para a compra de produtos estrangeiros que entravam no país por suas fronteiras, gerando a “Guerra dos Portos”. “Estamos tratando de uma resolução para fortalecer a indústria brasileira, fortalecer a oferta de emprego e renda, e para garantir que os processos estabelecidos nesta resolução garantam competitividade para nossa indústria, diante de um momento em que o emprego do trabalhador brasileiro está em jogo. E esta é mais uma ação para reforçar a política de emprego no Brasil”, finalizou. A aprovação vai à promulgação do Congresso Nacional.

E-COMMERCE

AM pode ser beneficiado com redistribuição do ICMS

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Praticamente excluído dos dividendos do comércio eletrônico, o Amazonas poderá ser beneficiado com a aprovação da nova partilha do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente sobre os produtos vendidos pela internet. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que estabelecerá novas regras de redistribuição do imposto, será votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

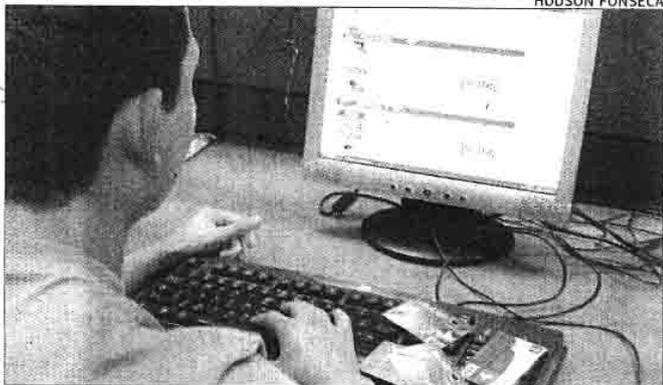
O relator da proposta, senador Renan Calheiros, sugeriu, em seu parecer, que a partilha do imposto seja de 7% para o Estado de origem (onde estão sediadas as lojas virtuais) e 10% para os compradores. Nesse caso, os cofres do Amazonas, que hoje não recebem praticamente nada de ICMS vindo do comércio eletrônico en-

tre os Estados, passaria a ter uma receita extra para a sua economia.

“Só temos a ganhar com essa medida. Atualmente, não arrecadamos com esse imposto, pois quase não temos distribuição de produtos pela internet. Será uma renda a mais, porque o Estado emissor da nota fiscal terá que deixar parte do ICMS com o Estado consumidor”, avaliou o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham.

Segundo ele, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) não tem ainda um estudo que mostre quanto o Amazonas vai ganhar com a nova lei, caso seja aprovada. Porém, o secretário salientou que o Amazonas vai recolher 10% quando as compras foram feitas nas transações comerciais com os Estados das regiões Sul e Sudeste, e de 5% nas compras em operações com o Norte e o Nordeste.

HUDSON FONSECA



Estado vai passar a recolher até 10% nas compras pela web

Número de novos projetos para o PIM reduziu 37,6% em cinco anos

▼ Dados são referentes a iniciativas industriais aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento

TEXTO Henrique Saurier
FOTO Jair Araújo

MANAUS

Nos últimos cinco anos, o Polo Industrial de Manaus (PIM) tem atraído cada vez menos empresas e investimentos. É o que revelam os números de projetos industriais submetidos à aprovação no Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam). Enquanto em 2008 a média de projetos era de 44,1 por reunião do conselho, em 2012, a quantidade despencou para 27,5, uma redução de 37,6%, de acordo com levantamento feito pelo DIÁRIO.

Os dados consolidados estão disponíveis na Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan-AM). Ainda de acordo com os números, em 2009 a média de projetos por reunião foi de 37,6, apontando um comportamento de retração nos anos seguintes como em 2010 (35,6) e 2011 (36,6).

Na avaliação do economista e consultor empresarial, José Laredo, responsável pelo estudo intitulado 'Performance no PIM', o interesse das empresas continua dentro do ritmo normal, mas a decisão de aportar recursos em novos projetos de implantação tem caído na média anual de 4,9%, considerando os últimos sete anos.

Segundo Laredo, a cautela das empresas sempre existe quando se trata de trazer um negócio novo para uma cidade muito longe do centro consumidor do País. "Aliado a isso, deve-se levar em conta a influência direta de todos os percalços sofridos pela economia brasileira (queda de demanda, juros altos, retomada lenta da economia americana e a atual crise europeia), que são fatores que influenciam também a tomada de decisão em novos investimentos no PIM", explicou o economista.

José Laredo afirmou que o

FRASE



José Laredo.
Consultor

O interesse das empresas continua dentro do ritmo normal, mas a decisão de aportar recursos em novos projetos de implantação tem caído"

modelo Zona Franca de Manaus tem sido alvo de consultas, sendo que algumas foram para a frente e outras não se concretizaram até então, especialmente nos segmentos já desenvolvidos do PIM. "Mas também temos uns quatro processos de aplicação para inclusões de novos produtos dentro de PPBs (Processos Produtivos Básicos) já regulamentados, como também para a criação de novos PPBs, que já estão em andamento, uns já protocolados e com boa chance de serem aprovados e outros ainda em fase de preparação a depender de dados do cliente, em segmentos variados", completou.

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, a economia brasileira deu uma esfriada, mas o governo federal está agindo de todas as formas para incentivar o consumo. "Quem tem capacidade de investir, aproveita para realizá-lo agora, para sair na frente. Embora não esteja no ritmo acelerado, o PIM continua gerando interesse", ressaltou Azevedo. Procurada para tratar do assunto, a Seplan disse que se pronunciará somente hoje.



ENTRAVES
Instabilidade da economia americana e a infraestrutura frearam novos investimentos

Estudo 'Performance no PIM' mostra que em sete anos a redução de novos projetos de implantação foi de 4,7%

CAUTELA

Impasses tributários preocupam

Mesmo com as recentes discussões em torno do efeito de medidas que comprometem a competitividade do PIM, como a resolução 72/2010 do Senado que trata da unificação do ICMS, a PEC da Música e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo Governo do Amazonas contra o Estado de São Paulo sobre a questão dos incentivos à produção de Tablets, alguns representantes da indústria se mostram confiantes no modelo ZFM. O vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-AM), Assis Mourão Júnior, afirmou que na contramão desses empecilhos, os empresários estão vindo para cá, apostando, fazendo seus investimentos e assumindo um risco.

Sobrevivência

Segundo ele, a Videolar, afetada diretamente pela PEC da Música, já se movimenta para mudar o ramo de investimento. "O empresário tem capacidade de perceber o mercado e se ajustar, mudando sua área de atuação. São empresas que acreditam no polo. Mas ao mesmo tempo tem empresas que não vão ficar aqui, devido a esse cenário, como o setor de eletroeletrônico, o mais afetado", declarou.

Na análise de José Laredo, se a atual proposta da emenda 72 prevalecer e o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tiver sua alíquota interestadual diminuída para todos os produtos acabados que contenham itens importados saídos do PIM, o resultado afetará seriamente a taxa de natalidade de novos projetos do PIM (hoje em torno de 1,8%). "Se com essa taxa já estamos com tendência de baixa na vinda de novos negócios, vê-se que sem um plano aguerido de marketing e a entrada de novos atores no processo de captação de novas fábricas, é possível que o PIM venha a perder mais novos negócios daqui para a frente", destacou.

MAIS DADOS

PROJETOS APROVAÇÃO EM CINCO ANOS

Dados do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam) revelam que houve uma queda significativa de projetos aprovados entre 2008 e 2012.



Senado aprova unificação do ICMS em operações interestaduais e preserva Zona Franca de Manaus

Os senadores aprovaram, ontem, a proposta de Resolução 72/2010, que unifica em 4% a alíquota do ICMS cobrada sobre produtos importados em operações interestaduais, para acabar com a 'guerra dos portos'. A matéria será encaminhada para promulgação no Diário Oficial da União e a nova regra passa a vigorar a partir de janeiro de 2013. Há dois dias, empresários do Polo Industrial de Manaus (PIM) e o Sindifisco defenderam que a proposta poderia causar prejuízos ao polo, sobretudo no setor eletroeletrônico. Na votação em plenário, os senadores aprovaram emenda que exclui da cobrança única produtos da Zona Franca de Manaus e outros ligados ao mercado de informática, inclusive semicondutores. Pela legislação, também estarão fora das novas regras as operações que destinam gás natural importado a outros Estados.